Demonstrações Contábeis

Companhia Transleste de Transmissão

31 de dezembro de 2012 e 2011
com Relatório dos Auditores Independentes

COMPANHIA TRANSLESTE DE TRANSMISSÃO

CNPJ: 05.974.828/0001-64

Relatório anual da Administração

Aos acionistas

Em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, a Administração da Companhia Transleste de Transmissão apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis da Companhia relativos ao exercício de 2012, acompanhados do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem, a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.
As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o novo padrão contábil estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's).

A Companhia

A Companhia Transleste de Transmissão tem como objetivo social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica.

Através do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 009/2004 - ANEEL, datado de 18 de fevereiro de 2004, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 345 kV, com 138 km de extensão, tendo origem na subestação de Montes Claros, e término na nova subestação Seccionadora de Irapé, ambas no Estado de Minas Gerais.

Sistema de transmissão

As instalações de transmissão da Companhia Transleste de Transmissão integra a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica estão sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL representado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa de direito privado, sem fins lucrativos e entidade autorizada pelo Ministério de Minas e Energia - MME.

Os serviços de Operação e Manutenção do sistema de transmissão são realizados pela CEMIG, sob a supervisão e fiscalização da Companhia Transleste de Transmissão, tendo apresentado um bom desempenho de suas atividades, sem ocorrência de falhas que viessem a comprometer os serviços de transmissão de energia elétrica.

Disponibilidade da Linha de Transmissão

	31.12.2012	31.12.2011
Dados operacionais:		
Disponibilidade (%)	99,97%	100%

A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que a linha encontra-se disponível em um determinado período e o total de horas no período considerado.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

Na área de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, a Cia Transleste de Transmissão, sua cooperada Cia Transirapé de Transmissão em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG apresentaram para a ANEEL no seu “VI Congresso de Inovação Tecnológica em Energia Elétrica – VI CITENEL – Fortaleza CE“ o projeto “Melhoria do desempenho de linhas de transmissão de alta tensão através da utilização de malhas de aterramento de baixo valor de impedância”, cujo parecer e comentário da ANEEL foram avaliados e aceitos sem modificações para apresentação oral e composição dos anais do Congresso.

Adicionalmente, mais dois artigos técnicos, relativamente ao projeto foram submetidos, aceitos, apresentados e publicados nos anais do IEEE/PES T&D2010 Latin América, realizados em São Paulo e no XXI Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica – SNPTEE realizado em Florianópolis/SC.

Um dos principais resultados obtidos no projeto foi a proposição de uma metodologia simplificada, metodologia esta descrita em uma Dissertação de Mestrado defendida no

Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica da Universidade Federal de Minas Gerais.

Paralelo ao VI CITENEL a Cemig lançou a 7ª Edição da sua Revista Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico - P&D cujo informativo apresenta o programa de gestão estratégica e tecnológica da Cemig com um de seus artigos “De Olho no Céu”, referindo-se ao projeto de Melhoria do Desempenho de Linha de Transmissão, desenvolvido pela Cia Transleste, Cia Transirapé e a UFMG.

Programas como este estão pautados na busca de inovações para fazer frente aos novos desafios tecnológicos e de mercado das empresas de energia elétrica e a Cia Transleste define seus cronogramas e metas dos seus investimentos nesta direção.

Novos projetos foram encaminhados ao Programa do Plano Estratégico Nacional da ANEEL, investimentos que a Cia Transleste de Transmissão fará na área de energia elétrica, apoiado na pesquisa e desenvolvimento como o projeto “Avaliação experimental em modelo reduzido de malha de aterramento de baixo valor de impedância – 2ª Etapa” que consiste na medição da impedância da malha de aterramento na nova concepção de arranjo proposta no projeto anterior (1ª Etapa), que será realizado em laboratório com a utilização da técnica em modelo reduzido.

Recentemente, manifestamos nosso interesse em participar da Chamada nº 013/2011, protocolando na ANEEL o projeto “Arranjos Técnicos e Comerciais para Inserção da Geração Solar Fotovoltaica na Matriz Energética Brasileira” como cooperada do Grupo Furnas (proponente) composto por 22 empresas, entre outras a Cemig, CPFL, LIGHT, TBE, TAESA, etc., todas do ramo de energia elétrica e mais 2 Universidades (UNB e USP) através de suas Fundações. Este grupo foi aceito pela ANEEL como interessado em financiar e executar o projeto, agora denominado “Projeto Jaíba Solar”, dando inicio nas suas atividades em julho de 2012.

Responsabilidade Socioambiental

Em sua missão de transmitir energia elétrica com a melhor qualidade, continuidade, rentabilidade e responsabilidade através de uma política socioambiental, a Cia Transleste de Transmissão contribui com sua parcela para o desenvolvimento social do Estado de Minas Gerais e do Brasil.

A sustentabilidade do empreendimento foi baseada em programas ambientais, sob normas e critérios socioambientais, de maneira a estabelecer o correto equilíbrio entre as ações de engenharia de manutenção e a conservação socioambiental, visando principalmente à integridade de áreas afetadas.

Dando continuidade ás suas ações ambientais como as prevenções de prováveis interferências da vegetação em sua faixa de segurança e suas vias de acessos às torres

de transmissão, a Cia Transleste manteve sua manutenção periódica de limpeza de faixa e conservação das suas vias de acessos numa gestão de qualidade, realizando supressões seletivas na vegetação e a conservação permanente destas vias.

O Programa de Paisagismo continua mantido na Subestação de Irapé harmonizando o aspecto visual que compõem o ambiente natural da região.
Recentemente, atendendo Resolução da ANEEL relativamente aos cálculos e medições dos campos elétricos e magnéticos para as instalações de transmissão, linha e subestação, enviamos relatórios dos nossos cálculos e medições demonstrando que estão abaixo dos níveis de Referências recomendados na própria Resolução e desejáveis à exposição humana.

Obtivemos por mais seis anos, prazo concedido pelo Órgão Ambiental, a Revalidação da nossa Licença de Operação – LO, mantendo especial atenção em atendimento às condicionantes referidas na LO original, conforme orientação da própria SUPRAM Regional de Montes Claros, ratificando nossa permanente atenção e cuidados com as questões ambientais de nossa responsabilidade.

Quanto a ações sociais do empreendimento a Cia Transleste continuou investindo nos seus colaboradores com incentivo à Educação Continuada subsidiando em cinquenta por cento do valor da mensalidade pago em graduação, pós - graduação e línguas.

Desempenho econômico-financeiro

As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o novo padrão contábil estabelecido pelo International Accounting Standards Boards - IASB e de acordo com a Lei nº 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's).

Os resultados da Companhia no exercício foram:

	REGULATÓRIO	**SOCIETÁRIO**
	31/12/2012	**31/12/2012**
Lucro Liquido	15.450	21.610
EBITDA	24.346	26.790

Finalmente, queremos deixar externados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, Seguradoras, Usuários, Agentes financeiros e ao Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da companhia.

A Diretoria

Companhia Transleste de Transmissão

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2012 e 2011

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis..... 1

Demonstrações contábeis auditadas

Balanços patrimoniais..... 3
Demonstração dos resultados 5
Demonstração dos resultados abrangentes..... 6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido..... 7
Demonstração dos fluxos de caixa 8
Notas explicativas às demonstrações contábeis..... 9

ERNST & YOUNG TERCO

Edifício Phelps
Rua Antônio de Albuquerque, 156
10º andar - Savassi
30112-010 – Belo Horizonte, MG, Brasil

Tel: (5531) 3232-2100
Fax: (5531) 3232-2100
www.ey.com.br

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Srs. Diretores e Acionistas da
Companhia Transleste de Transmissão
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Transleste de Transmissão ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Transleste de Transmissão em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Reapresentação das demonstrações contábeis

Em 30 de janeiro de 2012 e 25 de março de 2011, emitimos originalmente nossos relatórios de auditoria sem modificações sobre as demonstrações contábeis da Companhia relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011e 2010, respectivamente. Conforme descrito na nota explicativa n° 4, subsequentemente, a Companhia identificou a necessidade de alterar a estimativa de mensuração dos impostos diferidos, bem como efetuou reclassificações de caixa e equivalentes de caixa para aplicações financeiras, de modo que as demonstrações contábeis da Companhia relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 fossem reapresentadas e reclassificadas para refletirem o efeito dos referidos ajustes, com os quais concordamos. Consequentemente, nossa opinião considera essas alterações e substitui as opiniões anteriormente emitidas.

Belo Horizonte (MG), 25 de fevereiro de 2013.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6-F-MG

Rogério Xavier Magalhães
Contador CRC-1MG080613/O-1

Companhia Transleste de Transmissão

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2012	31/12/2011 (reapresentado)	31/12/2010 (reapresentado)
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	**1.070**	854	1.467
Títulos e valores mobiliários	6	**3.913**	5.088	6.062
Contas a receber	7	**33.862**	33.157	28.334
Tributos e contribuições sociais a compensar	8	**76**	79	53
Outros		**372**	603	546
Total do ativo circulante		**39.293**	39.781	36.462
Não circulante				
Contas a receber	7	**121.649**	119.936	122.645
Imobilizado		**147**	160	165
Intangível		**584**	489	570
Outros		**12**	12	-
Total do ativo não circulante		**122.392**	120.597	123.380
Total do ativo		**161.685**	160.378	159.842

	Notas	31/12/2012	31/12/2011 (reapresentado)	31/12/2010 (reapresentado)
Passivo				
Circulante				
Fornecedores		**119**	143	94
Empréstimos e financiamentos	9	**4.651**	4.608	4.525
Dividendos a pagar	13	**2.632**	5.942	4.252
Provisões pré-operacionais	11	**1.499**	1.499	1.499
Tributos e contribuições sociais	8	**1.157**	1.145	886
Taxas regulamentares	10	**733**	784	598
Outros		**910**	353	279
Total do passivo circulante		**11.701**	14.474	12.133
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	9	**41.210**	45.157	48.878
Tributos diferidos	8	**4.684**	4.607	4.563
Taxas regulamentares	10	**129**	129	129
Outros		**528**	787	84
Total do passivo não circulante		**46.551**	50.680	53.654
Patrimônio líquido				
Capital social	13	**49.569**	49.569	49.569
Reservas de lucros		**53.864**	45.655	44.486
		103.433	95.224	94.055
Total do passivo e patrimônio líquido		**161.685**	160.378	159.842

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Transleste de Transmissão

Demonstração dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2012	31/12/2011 (reapresentado)
Receita operacional líquida	15	**30.159**	27.163
Custo de operação			
Pessoal		**(329)**	(274)
Material		**(80)**	(32)
Serviços de terceiros		**(1.268)**	(1.537)
Taxa de fiscalização		**(151)**	(142)
Custo de construção		**-**	(207)
Outras		**(62)**	(41)
		(1.890)	(2.233)
Lucro operacional bruto		**28.269**	24.930
Despesas operacionais			
Pessoal e administradores		**(888)**	(743)
Material		**(15)**	(15)
Serviços de terceiros		**(532)**	(471)
Outras		**(195)**	(199)
		(1.630)	(1.428)
Resultado do serviço		**26.639**	23.502
Resultado financeiro			
Receita financeira	16	**814**	1.205
Despesa Financeira	16	**(4.589)**	(5.094)
		(3.775)	(3.889)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**22.864**	19.613
Imposto de renda	14	**(783)**	(844)
Contribuição social	14	**(394)**	(415)
IR e CS diferidos	8	**(77)**	(44)
		(1.254)	(1.303)
Lucro líquido do exercício		**21.610**	18.310

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Transleste de Transmissão

Demonstração dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido do exercício	**21.610**	18.310
Outros resultados abrangentes	**-**	-
Resultado abrangente total do exercício	**21.610**	18.310

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Transleste de Transmissão

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

		Reserva de lucros			
	Capital Social	Legal (reapresentado)	Lucros retidos (reapresentado)	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010 (reapresentado)	49.569	2.737	41.749	-	94.055
Distribuição de dividendos - AGO	-	-	(12.758)	-	(12.758)
Lucro líquido	-	-	-	18.310	18.310
Destinação do lucro líquido:					
Reserva legal	-	917	-	(917)	-
Dividendos	-	-	-	(4.383)	(4.383)
Transferência para reservas de lucros	-	-	13.010	(13.010)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011 (reapresentado)	49.569	3.654	42.001	-	95.224
Distribuição de dividendos - AGO	**-**	**-**	**(8.270)**	**-**	**(8.270)**
Lucro líquido	**-**	**-**	**-**	**21.610**	**21.610**
Destinação do lucro líquido:					
Reserva legal	**-**	**1.081**	**-**	**(1.081)**	**-**
Dividendos	**-**	**-**	**-**	**(5.131)**	**(5.131)**
Transferência para reservas de lucros	**-**	**-**	**15.398**	**(15.398)**	**-**
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**49.569**	**4.735**	**49.129**	**-**	**103.433**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Transleste de Transmissão

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2012	31/12/2011 (reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**21.610**	18.310
Itens que não afetam as disponibilidades:		
Depreciação	**17**	26
Receitas de aplicação	**(237)**	(290)
Variações monetárias e cambiais líquidas	**4.179**	4.626
Baixa de ativos	**-**	235
	25.569	22.907
(Aumento) redução no ativo		
Concessionárias e permissionárias	**93**	(702)
Ativo financeiro indenizável	**(2.511)**	(1.411)
Tributos e contribuições sociais	**3**	(26)
Outros ativos	**231**	(70)
	(2.184)	(2.209)
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	**(24)**	49
Tributos diferidos	**82**	44
Tributos e contribuições sociais	**12**	259
Taxas regulamentares	**(51)**	186
Outros passivos	**293**	779
	312	1.317
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**23.697**	22.015
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Resgate de títulos e valores mobiliários	**14.965**	16.228
Aplicações em títulos e valores mobiliários	**(13.553)**	(14.961)
Imobilizado	**(4)**	(133)
Intangível	**(95)**	-
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	**1.313**	1.134
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de dividendos	**(16.711)**	(15.451)
Amortização e pagamento de juros do financiamento	**(8.083)**	(8.311)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(24.794)**	(23.762)
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	**216**	(613)
Demonstração do amento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	**854**	1.467
Saldo no final do exercício	**1.070**	854
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	**216**	(613)
Imposto de renda e contribuição social pagos	**1.162**	**1.058**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Companhia Transleste de Transmissão - TRANSLESTE (a "Companhia" ou "TRANSLESTE") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 28 de outubro de 2003 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica tendo como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. A Companhia entrou em operação comercial em 18 de dezembro de 2005.

Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Os serviços de operação e manutenção do sistema de transmissão foram realizados pela CEMIG Geração e Transmissão, sob a supervisão e fiscalização da Companhia.

Pelo Contrato de Concessão n.º 009/2004 – ANEEL, de 18 de fevereiro de 2004, foi outorgado à Companhia, a concessão para construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Montes Claros – Irapé 345 kV pelo período de 30 anos (fevereiro/2034).

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo poder concedente, a ANEEL, e fixada anualmente, para períodos definidos como ciclos que compreendem os meses de junho a julho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias. De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão.

Contrato de concessão				
Número	**Prazo (anos)**	**Vigência até**	**RAP (*)**	**Índice de correção**
009/2004	30	28/02/2034	30.326	IGP-M

(*) A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 1.313 de 26 de junho de 2012.

Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em nota explicativa específica.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 compreendem as demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração da Companhia autorizou a divulgação das demonstrações financeiras em 15 de fevereiro de 2013.

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que são realizadas na moeda funcional da entidade, foram convertidas pela taxa de câmbio na data em que as transações foram realizadas.

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1 Ativos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade.

Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa e investimento de curto prazo (Títulos e valores mobiliários)

Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, risco insignificante de variação no seu valor de mercado e prazo de resgate inferior a 90 dias. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos, por não apresentarem diferença significativa com seu valor de mercado.

Os investimentos de curto prazo (títulos e valores mobiliários) estão classificados como mantidos para negociação imediata e são mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado quando incorridos.

3.1.2. Contas a receber – ativo financeiro

De acordo com a ICPC 01, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.1 Ativos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

3.1.2. Contas a receber – ativo financeiro--Continuação

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado.

A Companhia classifica os saldos de Contas a receber – ativo financeiro, como instrumentos financeiros "recebíveis". Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

As contas a receber - ativos financeiros foram classificados como recebíveis e incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável.

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.1 Ativos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

3.1.2. Contas a receber – ativo financeiro--Continuação

O ativo indenizável refere-se ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. Conforme definido nos contratos a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. Considerando as incertezas existentes hoje no mercado de energia, a Companhia estimou o valor de indenização de seus ativos com base nos seus respectivos valores de livros, sendo este o montante que a Administração entende ser o mínimo garantido pela regulamentação em vigor. Considerando que a Administração monitora de maneira constante a regulamentação do setor, em caso de mudanças nesta regulamentação que, por ventura alterem a estimativa sobre o valor de indenização dos ativos, os efeitos contábeis destas mudanças serão tratados de maneira prospectiva nas demonstrações contábeis. No entanto, a Administração reitera seu compromisso em continuar a defender os interesses dos acionistas da Companhia na realização destes ativos, visando a maximização do retorno sobre o capital investido na concessão, dentro dos limites legais.

Com base na avaliação de recuperabilidade efetuada pela Companhia, não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes.

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.1 Ativos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

3.1.3. Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

3.1.4. Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia mantenha substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

3.2 Imobilizado

Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando o tempo da vida útil estimado dos bens. A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos na Resolução ANEEL n°. 367, de 02 de junho de 2009.

3.3 Ativos intangíveis – Software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.4 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração.

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 2012 e 2011 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

3.5 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.6 Provisões para litígios

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.7 Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Empréstimos, financiamentos e debêntures: são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorrida até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

- Fornecedores: inclui obrigações com fornecedores de materiais e serviços, adquiridos no curso normal dos negócios.

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.7 Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

3.7.1 Liquidação de passivos financeiros

A Companhia liquida os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.8 Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.9. Tributação

3.9.1. Impostos sobre a prestação de serviços

As receitas de prestação de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65% e 3,00%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00% e 7,65%;

Esses tributos são deduzidos das receitas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.9. Tributação--Continuação

3.9.2. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido--Continuação

Correntes

A Companhia está sob o regime de tributação pelo lucro presumido.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

Diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Caso a estimativa de lucros tributáveis futuros indique que os impostos diferidos ativos não serão recuperados, a Companhia registra provisão para redução ao seu provável valor de realização. Esta análise é fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pelos órgãos de administração da Companhia.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.10. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.11. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis. Caso contrário será registrado no circulante.

3.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações contábeis, a Companhia não possuía ajustes a valor presente de montantes significativos.

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.13. Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados auditados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

3.14. Benefícios a empregados (participação nos lucros)

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão máxima permitida conforme acordo coletivo celebrado entre a Companhia e seus empregados, descrito neste acordo, a melhor forma de participação dos seus empregados nos resultados obtidos.

3.15. Taxas regulamentares

3.15.1 Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% da RAP.

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.15. Taxas regulamentares--Continuação

3.15.2 Programas de Eficiência Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinarem, anualmente, em torno de 1,0% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. A Companhia possui registrado no passivo circulante e não circulante a rubrica Provisão para pesquisa e desenvolvimento, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

3.15.3 Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica é equivalente a 0,5% da RAP.

3.16 Reconhecimento da receita

Receita de transmissão de energia elétrica

O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema.

As receitas no período pré-operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de implantação da infraestrutura
- Receitas dos ativos financeiros

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.16 Reconhecimento da receita--Continuação

E no período operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de concessão de transmissão
- Receitas dos ativos financeiros

Receita de juros

A receita de juros decorrente de investimento de curto prazo é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.17 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n°. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

3.18 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adotou premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.18 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

3.19 Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado à perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos não financeiros.

3.20 Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis e de acordo com interpretações dos regulamentos e legislações vigentes.

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.20 Impostos--Continuação

O julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo e passivo.

3.21 Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

3.22 Provisão para litígios

A Companhia reconhece provisão para causas ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas, quando na opinião de seus assessores legais, a probabilidade de perda é provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.23 Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura, ampliação e reforços como ativo financeiro.

3.24 Momento de reconhecimento do ativo financeiro

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da prestação de serviço de desenvolvimento de infraestrutura relacionado com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação do desenvolvimento de infraestrutura não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento do desenvolvimento da infraestrutura, com contrapartida de ativo financeiro.

3.25 Determinação da receita de remuneração do ativo financeiro e da taxa efetiva de juros

A receita de remuneração do ativo financeiro corresponde à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, sobre o valor do investimento.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento.

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.26 Determinação das receitas de desenvolvimento de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, é reconhecida a receita de desenvolvimento de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de desenvolvimento de infraestrutura prestado. Na contabilização das receitas de desenvolvimento de infraestrutura a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de desenvolvimento de infraestrutura, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de desenvolvimento de infraestrutura mais determinadas despesas do período de desenvolvimento de infraestrutura. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de desenvolvimento de infraestrutura.

3.27 Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

4. Reapresentação das demonstrações contábeis

As práticas contábeis adotadas no Brasil exigem que as entidades desenvolvam políticas contábeis baseadas nos padrões e interpretações do CPC em vigor na data de encerramento de sua primeira demonstração contábil e que essas políticas sejam aplicadas de forma consistente e comparativas durante todos os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis para efeito de comparabilidade.

A Companhia efetuou alguns ajustes nos exercícios anteriormente apresentados de 31/12/2010 e 2011, para correção de erros identificados. Os efeitos nas contas patrimoniais e de resultado podem ser assim resumidos:

4. **Reapresentação das demonstrações contábeis**--Continuação

	31/12/2010		
Balanço patrimonial:	**Publicado**	**Ajuste**	**Reapresentado**
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4.970	(3.503)	1.467
Títulos e valores mobiliários (a)	2.559	3.503	6.062
Não circulante			
Imobilizado (b)	548	(383)	165
Intangível (b)	187	383	570
Passivo não circulante			
IR e CS diferidos (c)	3.848	715	4.563
Patrimônio líquido			
Reserva legal (c)	2.715	22	2.737
Lucros retidos (c)	42.486	(737)	41.749

	31/12/2011		
Balanço patrimonial:	**Publicado**	**Ajuste**	**Reapresentado**
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (a)	3.090	(2.236)	854
Títulos e valores mobiliários (a)	2.852	2.236	5.088
Não circulante			
Imobilizado (b)	649	(489)	160
Intangível (b)	-	489	489
Passivo não circulante			
IR e CS diferidos (c)	3.751	856	4.607
Patrimônio líquido			
Reserva legal (c)	3.638	16	3.654
Lucros retidos (c)	42.873	(872)	42.001

	31/12/2011		
DRE	**Publicado**	**Ajuste**	**Reapresentado**
Custo de construção			
Pessoal (d)	(639)	365	(274)
Despesas operacionais			
Pessoal e administradores (d)	(378)	(365)	(743)
Resultado do exercício			
IR e CS diferidos ICPC 01 (c)	97	(141)	(44)

	31/12/2011		
	Publicado	**Ajuste**	**Reapresentado**
Fluxo de caixa			
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais (c) e (d)	22.013	2	22.015
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento (a) e (b)	(133)	1.267	1.134

(a) Reclassificação efetuada entre contas devido às aplicações no Banco do Brasil (BB Amplo FICFi RF LP). Referem-se a fundo de investimento com remuneração pós-fixada, cujo valor das cotas pode variar de acordo com as cotações de mercado. Assim, os valores, que anteriormente estavam demonstrados na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, foram reclassificados para a rubrica “Títulos e valores imobiliários”.

4. **Reapresentação das demonstrações contábeis**--Continuação

(b) Refere-se a reclassificação de software.

(c) Reapresentação efetuada para ajuste do cálculo de impostos diferidos sobre diferenças temporárias relacionadas ao contas a receber de concessão. O saldo da reserva legal foi alterado em decorrência da alteração do resultado do exercício de 2011.

(d) Refere-se a reclassificação da conta de administradores da área técnica do custo de operação para conta de pessoal e administradores.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2012	31/12/2011 (reapresentado)	31/12/2010 (reapresentado)
Caixa e depósitos bancários a vista	**1.070**	68	99
Investimentos de curto prazo	**-**	786	1.368
	1.070	854	1.467

Os investimentos de curto prazo referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, remunerados pela variação de 95% e 103% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Esses certificados podem ser resgatados a qualquer momento pela Administração da Companhia sem qualquer ônus.

6. Títulos e valores mobiliários

	31/12/2012	31/12/2011 (reapresentado)	31/12/2010 (reapresentado)
Fundo de investimentos – livre	**823**	2.236	3.503
Fundo de investimentos – restrito	**3.090**	2.852	2.559
	3.913	5.088	6.062

6. Títulos e valores mobiliários--Continuação

Em 2012, os Fundos de Investimento referem-se a:

(1) Fundo de Investimento BB Amplo Fic Fi Renda Fixa Crédito Privado com remuneração pós-fixada variando em torno de 96 e 105% do CDI; e

(2) Fundo de Reserva vinculado ao financiamento com o BNB com remuneração de 99% do CDI.

7. Contas a receber

	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Concessionárias e permissionárias (7.1)	**3.425**	3.518	2.815
Ativo financeiro (7.2)	**152.086**	149.575	148.164
	155.511	153.093	150.979
Ativo circulante	33.862	33.157	28.334
Ativo não circulante	121.649	119.936	122.645

7.1. Concessionárias e permissionárias

Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), os quais possuem seguro garantia.

7.2. Ativo financeiro

O contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica No 009/2004-celebrado entre a União – Poder Concedente e Companhia Transleste de Transmissão, regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados; e

- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser vertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização.

7. **Contas a receber**--Continuação

7.2. **Ativo financeiro**--Continuação

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica das Companhias, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

A infraestrutura construída da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é, ou será, recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

a) Parte através da Receita Anual Permitida – RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão; e

b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa, considerando - se que esta parcela do ativo financeiro é garantida no contrato de concessão, e está incluída no modelo de fluxo de caixa, além de ser reconhecida, como premissa conservadora adotada pela administração, pelo seu valor residual avaliada ao custo histórico, por falta de uma metodologia adequada à mensuração de seu valor.

   Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos e foi determinada conforme demonstrado a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	148.164
Remuneração do ativo financeiro	25.524
Custo de construção	206
Custo de concessão	3.439
Realização do ativo financeiro	(27.758)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	149.575
Remuneração do ativo financeiro	**28.866**
Custo de construção	**-**
Custo de concessão	**3.338**
Realização do ativo financeiro	**(29.693)**
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**152.086**

8. Tributos e contribuições sociais

	31/12/2012	31/12/2011 (reapresentado)	31/12/2010 (reapresentado)
Ativo circulante			
PIS/COFINS/CSLL – Lei 10.833/2003	**34**	34	32
IRRF a compensar	**42**	45	21
	76	79	53
Passivo circulante			
IRPJ	**609**	593	449
CSLL	**262**	257	199
COFINS	**199**	197	172
Outros	**87**	98	66
	1.157	1.145	886
Passivo não circulante			
IR e CS diferidos (a)	**4.684**	4.607	4.563

a) O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos decorrem do reconhecimento dos efeitos da adoção da ICPC 01 e OCPC 05 – contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

Saldo em 31/12/2010	4.563
Imposto diferido reconhecido no resultado	44
Saldo em 31/12/2011	4.607
Imposto diferido reconhecido no resultado	**77**
Saldo em 31/12/2012	**4.684**

9. Empréstimos e financiamentos

	2012					2011	2010
	Circulante			Não Circulante			
	Principal	Encargos	Total	Principal e encargos	Total	Total	Total
Moeda Nacional							
BNB (a)	**779**	**56**	**835**	**9.301**	**10.136**	10.927	11.754
BDMG (b)	**2.552**	**173**	**2.725**	**28.498**	**31.223**	33.788	36.356
	3.331	**229**	**3.560**	**37.799**	**41.359**	44.715	48.110
Moeda Estrangeira							
BDMG (PEM) (c)	**975**	**116**	**1.091**	**3.411**	**4.502**	5.050	5.293
	4.306	**345**	**4.651**	**41.210**	**45.861**	5.050	5.293

9. **Empréstimos e Financiamentos**--Continuação

Os financiamentos tiveram como finalidade a implantação do sistema de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Montes Claros – Irapé 345 Kv, e tem como garantia o penhor de ações, penhor de direitos emergentes do contrato de concessão, fiança, fundo de liquidez e seguro garantia de obrigações públicas.

Os saldos devidos são provenientes de:

(a) Contrato de financiamento no valor original de R$ 15.000 obtido do Banco do Nordeste do Brasil – BNB através de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE-PROINFRA. Conforme contrato estava sujeito a encargos de até 12% ao ano, e após ajustes com base na legislação vigora o percentual de 9,5% pagos trimestralmente durante o período de carência fixado em 18 meses, e mensalmente, após esse período, serão pagos em 222 prestações mensais, vencendo-se a primeira em outubro de 2006 e a última em março de 2025.

(b) Contrato de financiamento no valor original de R$ 47.000, obtido do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG. Conforme contrato estava sujeito a encargos de até 12% ao ano, e após ajustes com base na legislação vigora o percentual de 10%, pagos trimestralmente durante o período de carência fixado em 18 meses, e mensalmente, após esse período, serão pagos em 222 prestações mensais, vencendo-se a primeira em outubro de 2006 e a última em março de 2025.

(c) O Banco BDMG creditou a favor da Companhia o valor de R$ 12.971 equivalentes a US$ 5.000, oriundo de recursos captados pelo Banco do Nordeste do Brasil – BNB em moeda estrangeira originários do Programa de Expansão de Mercados para Pequenas e Médias Empresas no Nordeste do Brasil – PEM. Está sujeito a encargos de 5% ao ano acima da taxa variável definida com base na taxa de juros devida pelo BNB ao BID. Os juros serão calculados dia a dia pelo método hamburguês e tem vencimento em 31 de julho de 2005, 31 de janeiro de 2006, 31 de julho de 2006 e semestralmente juntamente com as prestações de principal durante o período de amortização. O principal será amortizado em 21 prestações semestrais e sucessivas, vencendo a primeira em janeiro de 2007 e a última em janeiro de 2017.

Não existem cláusulas restritivas (covenants) para os contratos acima.

9. **Empréstimos e Financiamentos**--Continuação

Os vencimentos anuais das parcelas do principal dos financiamentos a longo prazo são os seguintes:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira	
	BNB	**BDMG**	**BDMG (PEM)**	**TOTAL**
2014	785	2.552	974	4.311
2015	809	2.552	974	4.335
2016	1.182	2.552	974	4.708
2017	895	2.552	489	3.936
2018	777	2.552	-	3.329
Após 2018	4.853	15.738	-	20.591
	9.301	28.498	3.411	41.210

A Companhia não tem conhecimento de qualquer violação de cláusulas restritivas dos contratos de financiamentos celebrados com as instituições acima descritas.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrado conforme a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	49.765
Variação Monetária e Cambial	**367**
Provisões de juros	**3.812**
Juros pagos	**(3.841)**
Amortizações de principal	**(4.242)**
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**45.861**

10. Taxas regulamentares

	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR	**102**	74	65
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D	**586**	680	526
Taxa de Fiscalização ANEEL	**174**	159	136
Total	**862**	913	727
Circulante	**733**	784	598
Não Circulante	**129**	129	129

11. Provisões pré-operacionais

	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Meio Ambiente	**99**	99	99
EPC Pré-Operacional	**1.400**	1.400	1.400
	1.499	1.499	1.499

Corresponde à estimativa de custos adicionais incorridos durante a construção das linhas de transmissão da Companhia (LT Montes Claros – Irapé) que foi provisionado na unitização e até o momento não utilizado.

12. Partes relacionadas

Contrato fase de operação:

- CEMIG Geração e Transmissão para execução dos serviços de operação e manutenção da linha de transmissão associadas às obras das SEs Montes Claros e Irapé.

- CEMIG Geração e Transmissão para compartilhamento de instalação SE Montes Claros 2 pertencente a Rede Básica de propriedade da CEMIG.

  Adicionalmente, os contratos de EPC a pagar, descritos na Nota 11, são obrigações com partes relacionadas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Em 2012 a remuneração anual da Administração como Diretoria e Conselho foi no total de R$ 438 (R$ 425 em 2011), composto por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o capital social subscrito e integralizado era de R$ 49.569 representado por 49.569.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia, em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, é a seguinte:

Acionista	Quantidade de ações	
	2012 e 2011	
	Integralizadas	% do capital
Transminas Holding S/A	20.323.288	40,999995
Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG	12.392.249	24,999997
Furnas Centrais Elétricas S.A.	11.896.559	23,999997
Orteng Equipamentos e Sistemas Ltda.	4.956.899	9,999998
Conselheiros	5	0,000013
	49.569.000	**100,00000**

b) Reservas de lucro

- Reserva legal

  É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- Lucros retidos

  Os lucros remanescentes são mantidos nesta conta de reserva de lucros à disposição da Assembleia dos acionistas, para sua destinação.

c) Dividendos propostos

As demonstrações contábeis registram a proposta da Administração da Companhia, sujeita à aprovação dos Acionistas em Assembleia Geral, para distribuição dos dividendos mínimos estabelecido pelo Estatuto (25% do Lucro Líquido após a apropriação da Reserva Legal).

Saldo de dividendos a pagar:

Saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2010	4.252
Destinação AGO	12.758
Dividendos pagos no exercício	(15.451)
Dividendos mínimos obrigatórios	4.383
Saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2011	5.942
Destinação AGO	**8.270**
Dividendos pagos no exercício	**(16.711)**
Dividendos mínimos obrigatórios	**5.131**
Saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2012	**2.632**

14. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido, conforme abaixo. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas do imposto de renda e da contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2012		**31/12/2011**	
	IRPJ	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Receita de concessão de transmissão	**3.339**	**3.339**	3.439	3.439
Receita de infraestrutura	**-**	**-**	206	206
Remuneração de ativos da concessão	**28.865**	**28.865**	25.525	25.525
Total da receita operacional	**32.204**	**32.204**	29.170	29.170
Ajustes decorrentes do ICPC	**(2.419)**	**(2.419)**	(821)	(821)
Receita operacional ajustada	**29.785**	**29.785**	28.349	28.349
Alíquota aplicada sobre a receita	**8%**	**12%**	8%	12%
	2.383	**3.574**	2.268	3.402
Receitas financeiras	**814**	**814**	1.205	1.205
Base de cálculo	**3.196**	**4.388**	3.473	4.607
Alíquotas utilizadas para o cálculo	**15% e 10 %**	**9%**	15% e 10 %	9%
TOTAL	**783**	**394**	844	415

15. Receita operacional líquida

	31/12/2012	31/12/2011
Receita operacional		
Receita de concessão de transmissão	**3.430**	3.439
Receita de infraestrutura	**-**	206
Remuneração dos ativos de concessão	**28.866**	25.525
	32.296	29.170
Deduções da receita operacional		
PIS	**(196)**	(184)
COFINS	**(905)**	(850)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	**(755)**	(709)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	**(281)**	(264)
	(2.137)	(2.007)
Receita operacional líquida	**30.159**	27.163

16. Resultado financeiro

	31/12/2012	31/12/2011
Receitas Financeiras		
Descontos obtidos		
Variação cambial ativa empréstimos e financiamentos	**274**	467
Rendimentos fundo reserva	**237**	290
Rendimentos aplicações financeiras	**303**	448
	814	1.205
Despesas Financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	**(4.453)**	(5.093)
Cessão de crédito		
Outras despesas financeiras	**(136)**	(1)
	(4.589)	(5.094)
Total do resultado financeiro	**(3.775)**	(3.889)

17. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é feito por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar, empréstimos e outros referentes aos instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representam efetivamente o valor justo.

b) Gestão de riscos

A Companhia está exposta a riscos inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco que podem afetar o negócio da Companhia, destacam-se:

- Risco de crédito

  A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a 233 usuários, com cláusula de garantia bancária.

- Risco de preço

  As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M.

17. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--Continuação

b) Gestão de riscos

- Risco de taxas de juros

  A Companhia pode sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os contratos de financiamentos em moeda estrangeira e ter redução de rentabilidade nas aplicações financeiras em renda fixa.

- Risco de taxas de câmbio

  A Companhia possui contrato de financiamento em moeda estrangeira, correspondente a 10% do total financiado.

- Risco de taxas em cesta de moedas

  A Companhia possui contrato de financiamento em moeda estrangeira (cesta de moedas), correspondente a 16% do total financiado.

- Risco financeiro

  A Companhia está em operação e a estrutura de capital foi aquela determinada pelos estudos para a definição do negócio, bem como pelos limites de financiamentos estabelecidos pelos agentes financeiros.

c) Operações com derivativos

A Companhia não possui contratos com operações financeiras com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

18. Cobertura de seguros

A Companhia mantém cobertura de seguro com a Itaú Seguradora S/A em garantia de suas operações no montante total de R$ 19, relacionado a riscos nomeados com vigência de 17/12/12 a 17/12/13.

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Companhia Transleste de Transmissão

Notas explicativas as demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais exceto quando, indicado de forma diferente)

Conselho de Administração

José Lazaro Alves Rodrigues – Presidente

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho – Conselheiro

Wellington Lima Cristiano – Conselheiro

Ricardo Vinhas Correa da Silva – Conselheiro

José Cleber Teixeira- Conselheiro

Diretoria

José Renato Simões Machado – Diretor-técnico

Eduardo A.de Figueiredo – Diretor Adm.Financeiro

Contadora responsável

Flávia Miranda Silva
Contadora CRC N° MG-067247/0-2